

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Springs Global Participações S.A. (“Companhia”), que é domiciliada em Montes Claros - MG, foi constituída em 24 de novembro de 2005 e, em 24 de janeiro de 2006, recebeu, como contribuição de capital, 100% das ações da Coteminas S.A. (“CSA”) e da Springs Global US, Inc. (“SGUS”), empresas privadas sediadas no Brasil e nos EUA, respectivamente, e que tinham como acionistas a Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas (“CTNM”) e ex-acionistas da Springs Industries, Inc. (“SI”), respectivamente. Em 30 de abril de 2009, a Companhia adquiriu participação na empresa Springs e Rossini Participações S.A. (“SRPSA”), controladora da MMartan Têxtil Ltda (“MMartan”).

A partir de 27 de julho de 2007, as ações da Companhia passaram a ser negociadas no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob o código de negociação “SGPS3”.

A Companhia controla a CSA e a SGUS, companhias que concentram suas atividades industriais na área de artigos de cama e banho, anteriormente desenvolvidas pela CTNM e pela SI. Essa associação criou um complexo operacional de produtos têxteis de cama e banho, com unidades de produção no Brasil, na Argentina, nos Estados Unidos e no México.

A Companhia também conta com fortes marcas, tais como MMartan, Casas Moysés, Artex, Santista, Paládio, Calfat, Garcia, Arco Íris, Magicolor, entre outras. A Companhia ocupa posição privilegiada, através de suas marcas e seus produtos, nas prateleiras dos mais exigentes e maiores varejistas do mundo.

Os produtos são comercializados nos Estados Unidos e Canadá pela Springs Global US, Inc. através de sua extensa rede de distribuição e proximidade comercial com os maiores varejistas daqueles mercados. No Brasil e na Argentina, os produtos são comercializados pela Coteminas S.A. e sua controlada Coteminas Argentina S.A.

Em abril de 2009, a Companhia iniciou as atividades de varejo de cama, mesa e banho, operando sob a marca MMartan e posteriormente, em agosto de 2011, com a marca Artex. As operações de varejo, com essas duas bandeiras são operadas pela controlada AMMO Varejo Ltda. (“AMMO”).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As demonstrações contábeis intermediárias foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 10 de novembro de 2015.

A Companhia apresenta suas demonstrações contábeis intermediárias individuais (“Controladora”) e consolidadas (“Consolidado”), elaboradas, simultaneamente, de acordo com o pronunciamento

técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo CPC que estavam em vigor em 30 de setembro de 2015.

2.1 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas controladas a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido.

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

b) Conversão dos saldos

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas incluídas no consolidado que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas;
- ii) as contas de resultado são convertidas pela taxa mensal do câmbio; e
- iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica "Ajuste acumulado de conversão" e são apresentadas como outros resultados abrangentes na demonstração do resultado abrangente.

2.2 – Práticas contábeis

Os principais critérios adotados na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias são como segue:

(a) Apuração do resultado--O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de período. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas em lucros e perdas como "Outras, líquidas".

(b) Instrumentos financeiros não derivativos--Os instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis de curto e longo prazo, empréstimos e financiamentos, fornecedores, outras contas a pagar além de outros

instrumentos de dívida e patrimônio. Os instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados a cada data de balanço, de acordo com a sua classificação, que é definida no reconhecimento inicial com base nos propósitos para os quais foram adquiridos ou emitidos.

Os instrumentos financeiros classificados no ativo se enquadram na categoria de “Empréstimos e recebíveis” e, juntamente com os passivos financeiros, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

A Companhia não possui ativos financeiros não derivativos, classificados nas seguintes categorias: (i) mantidos para negociação; (ii) mantidos até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda. Também não possui passivos financeiros não derivativos classificados na categoria “Valor justo por meio do resultado”.

(c) Instrumentos financeiros derivativos--Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, posteriormente, a variação de seu valor justo é registrada no resultado, exceto quando há designação do derivativo para hedge de fluxo de caixa, que deverá seguir o método de contabilização descrita para hedge de fluxo de caixa.

O instrumento financeiro derivativo é classificado como hedge de fluxo de caixa quando objetiva proteger a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que sejam atribuíveis tanto a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido quanto a uma operação altamente provável de se realizar ou ao risco de taxa de câmbio de um compromisso firme não reconhecido.

No início da contratação de um derivativo destinado para hedge, a Companhia designa e documenta formalmente o item objeto de hedge, assim como o objetivo da política de risco e a estratégia da transação de hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de cobertura, o item ou transação a ser protegida, a natureza do risco a ser protegido e como a entidade vai avaliar a efetividade do instrumento de hedge na compensação da exposição a variações no valor justo do item coberto ou dos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto. O objetivo é que tais instrumentos de hedge sejam efetivos para compensar as alterações no valor justo ou fluxos de caixa e são avaliados em uma base contínua para determinar se eles realmente têm sido efetivos durante todo o período para os quais foram designados.

A parcela efetiva do ganho ou perda na variação do valor justo do instrumento de hedge é reconhecida diretamente no patrimônio líquido na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”, enquanto qualquer parcela inefetiva é imediatamente reconhecida como receita ou despesa financeira no resultado do período.

Os montantes classificados no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial são alocados ao resultado a cada período em que o item objeto do hedge afetar o resultado, retificando o valor da despesa objeto do hedge.

Se o compromisso firme não tiver mais expectativa de ocorrer, os montantes anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são alocados para o resultado. Se o instrumento de cobertura de hedge expira ou é vendido, finalizado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua designação como um hedge é revogado, os montantes anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são alocados ao resultado.

(d) Caixa e equivalentes de caixa--Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

(e) Títulos e valores mobiliários--Representados por aplicações financeiras de liquidez imediata e com vencimento superior a 90 dias e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os títulos e valores mobiliários são classificados como ativos financeiros não derivativos, mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

(f) Duplicatas a receber de clientes e provisão para devedores duvidosos--As duplicatas a receber de clientes são apresentadas líquidas da provisão para devedores duvidosos, a qual é constituída com base em análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. As duplicatas a receber decorrente de vendas do varejo são ajustadas a valor presente com base nas taxas de juros de mercado ou nas taxas de juros da transação e as de curto prazo quando os efeitos são relevantes. As duplicatas a receber de clientes são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado.

(g) Estoques--São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção que são inferiores aos valores de realização líquida e estão demonstrados líquidos da provisão para perdas com itens descontinuados e/ou obsoletos. Os valores de realização líquida são os preços estimados de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão de fabricação e despesas de vendas diretamente relacionadas.

(h) Imobilizado disponível para venda--Referem-se substancialmente a máquinas e equipamentos fora de uso. São mensurados pelo seu valor justo menos despesas de vendas, quando este for menor do que os valores residuais contábeis.

(i) Investimentos--Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado pelas respectivas controladas na mesma data-base da controladora. O valor do patrimônio líquido de controladas sediadas no exterior é convertido para Reais com base na taxa corrente de sua moeda funcional e a variação cambial apurada é registrada na conta de "Ajuste acumulado de conversão" no patrimônio líquido e também apresentado como outros resultados abrangentes.

(j) Combinação de negócios--O custo da entidade adquirida é alocado aos ativos adquiridos e passivos assumidos, baseado nos seus valores justos estimados na data

de aquisição. Qualquer diferença, entre o custo da entidade adquirida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, é registrada como ágio.

(k) Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos--São reconhecidos como despesas quando incorridos.

(l) Arrendamento mercantil--Os arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa linearmente durante o prazo do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa do padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os aluguéis contingentes, tanto para os arrendamentos financeiros como para os operacionais, são reconhecidos no resultado quando incorridos. A controlada SGUS constitui provisão para custos de arrendamento não recuperáveis, que consiste na estimativa do valor presente das obrigações futuras de arrendamento mercantil (cujos contratos continuaram vigentes após o fechamento de unidades arrendadas), líquido dos subarrendamentos já contratados e de uma receita estimada de subarrendamento das demais unidades fechadas que ainda não foram subarrendadas.

(m) Imobilizado--Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos.

A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

	Vida útil
Edifícios	40 anos
Instalações	15 anos
Equipamentos	15 anos
UHE Porto Estrela	35 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Computadores e periféricos	5 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada período.

(n) Intangível--Refere-se a marcas adquiridas, fundos de comércio e ágios decorrentes da aquisição de empresas. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado. Os ativos intangíveis cuja vida útil não se pode determinar são avaliados pelo seu valor recuperável anualmente ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação.

(o) Avaliação do valor recuperável dos ativos--Os bens do imobilizado, os intangíveis e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável. Na ocorrência de uma perda decorrente desta avaliação a mesma será reconhecida ao resultado do período. As perdas com o ativo imobilizado reconhecidas em outros períodos poderão ser revertidas sempre que houver uma avaliação ou evidência

confiável de o valor do ativo tenha se recuperado. A reversão é reconhecida no resultado do período e não ultrapassa o valor reconhecido anteriormente como provável perda.

(p) Imposto de renda e contribuição social--A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de aproximadamente 34% sobre o resultado tributável e registrada líquida da parcela relativa à redução do imposto de renda. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no período, se aplicável. Para as controladas sediadas no exterior, a alíquota de imposto varia de 35% a 38%, de acordo com a legislação vigente em cada país.

(q) Imposto de renda e contribuição social diferidos--São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias decorrentes de provisões registradas contabilmente, que, de acordo com as regras fiscais existentes, serão dedutíveis ou tributáveis somente quando realizadas. Somente é reconhecido um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos quando há expectativa de lucro tributável futuro.

(r) Provisões diversas--São constituídas em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. Os depósitos judiciais relativos às provisões estão apresentados no ativo não circulante.

(s) Planos de aposentadoria complementar--Os custos associados aos planos são reconhecidos pelo regime de competência com base em cálculos atuariais. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(t) Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação--O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação para presumir a conversão de ações potenciais a serem emitidas. A Companhia não apurou potencial de emissão de novas ações e, portanto, de diluição do lucro por ação.

(u) Atualizações monetárias e cambiais--Os ativos e passivos sujeitos a atualizações monetárias ou cambiais estão atualizados monetariamente até a data do balanço, de acordo com as taxas publicadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN ou pelos índices contratualmente estipulados. Os ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do período, exceto pelos ganhos e perdas cambiais sobre os investimentos em subsidiária no exterior, os quais são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica "Ajuste acumulado de conversão".

(v) Reconhecimento de receita--A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações incondicionais concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas: (i) a Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos; (ii) a Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos; (iii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iv) é provável que os benefícios econômicos associados à

transação fluam para a Companhia; e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

(w) Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)--Essas demonstrações tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. São apresentadas pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis intermediárias individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas das IFRS. As DVAs foram preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis intermediárias.

(x) Acionista controlador e não controlador--Nas demonstrações contábeis intermediárias, “acionista controlador” representa todos os acionistas da Companhia e “não-controlador” representa a participação dos acionistas minoritários das controladas da Companhia.

2.3 – Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias foram utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis intermediárias, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações contábeis intermediárias incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado, estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, determinações de provisões para imposto de renda, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares, estimativas referentes a seleção da taxa de juros, retorno esperado dos ativos e escolha da tabela de mortalidade e expectativa de aumento dos salários aplicados aos cálculos atuariais. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

2.4 – Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas abrangem as demonstrações contábeis intermediárias da controladora e de suas controladas CSA, AMMO e SGUS, das quais possui direta e indiretamente 100% do capital social.

A controlada CSA, controladora da Coteminas Argentina S.A. com 100% de seu capital social, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações contábeis intermediárias já consolidadas.

A controlada SGUS, controladora de: (i) Warbird Corporation (Delaware, EUA); (ii) Springs Home Textiles Reynosa, S.A. de C.V. (México); (iii) Casa Springs S.A. de C.V. (México); (iv) Charles D. Owen Mfg. Co. (Delaware, EUA); (v) Springmaid International, Inc. (Índia); (vi) Springs International Services, Inc. (Carolina do Sul, EUA); (vii) Sabre US, Inc. (Delaware, EUA), (viii) Espacio LLC (Delaware, EUA), todas com 100% de participação, e (ix) Springs Canada Holdings, LLC (Delaware, EUA), (x) Springs Canada, Inc. (Ontário, Canadá) (xi) Springs Brands, LLC (Delaware, EUA), (xii) Springs Cayman Holding Ltd. (Ilhas Caiman), (xiii) Springs Shanghai Trading Co., Ltd. (China) todas com participação de 87,5%, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações contábeis intermediárias já consolidadas.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo suas respectivas naturezas, complementado com a eliminação dos investimentos nas empresas controladas, dos lucros ou prejuízos não realizados e dos saldos das contas entre as empresas incluídas na consolidação.

O efeito da variação cambial sobre os investimentos no exterior está destacado na demonstração das mutações do patrimônio líquido na rubrica “Ajuste acumulado de conversão”. As práticas contábeis das controladas sediadas no exterior foram ajustadas para as mesmas práticas contábeis da controladora. Foi destacada, do patrimônio líquido e do resultado, a participação dos acionistas não-controladores.

As demonstrações contábeis intermediárias das empresas controladas sediadas no exterior foram convertidas para Reais, com base na taxa corrente do Dólar vigente em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, para as contas do balanço patrimonial e pela taxa média mensal para as contas de resultado conforme segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>Variação</u>
Taxa fechamento:			
31 de dezembro	-	2,6562	-
30 de setembro	3,9729	2,4510	62,09
Taxa média:			
30 de setembro (3 meses)	3,6712	2,3193	58,29
30 de setembro (9 meses)	3,2263	2,2954	40,56

2.5 – Novas IFRS, revisões das IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro do IASB).

a) Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória para os períodos iniciados após 1º de janeiro de 2015. Esses novos pronunciamentos não geraram efeitos nas demonstrações contábeis intermediárias.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>
Melhorias anuais às IFRSs: Ciclo 2010– 2012 (*)	Alterações em diversas normas.
Melhorias anuais às IFRSs: Ciclo 2011– 2013 (*)	Alterações em diversas normas.
Alterações à norma IAS 19 – Planos de benefício definido: contribuições dos empregados e Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 06 do CPC (Deliberação CVM nº 728/14) (*)	Alteram os requerimentos para o reconhecimento das contribuições feitas pelos empregados ou terceiros que estão vinculadas aos serviços.

b) Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória para os períodos iniciados após 31 de dezembro de 2015. Todavia, não foi permitida a adoção antecipada dessas normas, interpretações e alterações de normas:

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 24 de julho de 2014) (*)	IFRS 9 (2014) foi emitido de forma completa, incluindo os requerimentos anteriormente emitidos e alterações adicionais, que introduzem um novo modelo esperado de perdas com valor recuperável e mudanças limitadas nos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. Com as referidas alterações, o IASB concluiu o projeto para instrumentos financeiros.	Aplicável a exercícios ou períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2018.
Agricultura: Ativos Biológicos de Produção – Alterações às normas IAS 16 e 41 (emitidas em 30 de junho de 2014) (*)	Alterações nas orientações para contabilização dos ativos biológicos de produção (bearer) que passam a ser incluídos no escopo da norma IAS 16 ao invés da norma IAS 41, em função da determinação pelo IASB de que “eles devem ser contabilizados da mesma forma que o imobilizado”.	Aplicáveis a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2016.
IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes (emitida em 28 de maio de 2014) (*)	A norma determina um único modelo abrangente para reconhecimento de receitas resultantes de contratos com clientes e substitui as orientações anteriores. A norma determina como e quando as entidades reconhecerão as receitas, através de um modelo simplificado baseado em cinco passos a ser aplicado a todos os contratos com clientes, e requer divulgações mais informativas e relevantes aos usuários das demonstrações contábeis intermediárias.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2018.
Alterações às normas IAS 16 e 38 – esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis para depreciação e amortização (emitidas em 12 de maio de 2014) (*)	As alterações esclarecem que a determinação da depreciação e amortização com base nas receitas geradas pelas atividades que incluem o uso dos ativos não é apropriada, exceto em circunstâncias limitadas para os ativos intangíveis.	Aplicáveis a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2016.
Alterações à norma IFRS 11 – Contabilização de aquisições de participações em operações em conjunto (emitidas em 6 de maio de 2014) (*)	As alterações estabelecem que os princípios relevantes da norma IFRS 3 devem ser aplicados para a contabilização de aquisição de participações em operações em conjunto que constituem-se em um negócio.	Aplicáveis a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2016.

IFRS 14 – Ativos e Passivos Regulatórios (emitida em 30 de janeiro de 2014) (*)	A norma permite que as entidades que adotarem as IFRSs pela primeira vez continuem a reconhecer os ativos e passivos regulatórios de acordo com as práticas contábeis anteriores à adoção, tanto na adoção inicial quanto em períodos subsequentes.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2016.
Melhorias anuais às IFRSs: Ciclo 2012-2014 (*)	Alterações em diversas normas.	Aplicáveis a exercícios ou períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2016.
Venda ou Contribuição de Ativos entre Investidor e Coligada ou Empreendimento Controlado em Conjunto — alterações à IFRS 10 e à IAS 28 (emitidas em 11 de setembro de 2014) (*)	Alterações às normas IAS 28 e IFRS 10 para resolver uma inconsistência entre as orientações da IFRS 10 e da IAS 28 sobre a “venda ou contribuição de ativos entre investidor e coligada ou empreendimento controlado em conjunto”. De acordo com as alterações, uma entidade deve reconhecer um ganho ou uma perda integralmente “quando uma transação envolver um negócio” e parcialmente “quando uma transação envolver um ativo que não constitua um negócio”.	Aplicáveis prospectivamente para as vendas ou contribuições de ativos ocorridas em exercícios ou períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2016.
Entidades de Investimento: Aplicando a Exceção à Consolidação – alterações às normas IFRS 10, 12 e IAS 28 (emitidas em 18 de dezembro de 2014) (*)	Alterações às normas IFRS 10, 12 e IAS 28 para confirmar que (1) a dispensa de apresentar demonstrações contábeis intermediárias consolidadas está disponível para controladas de entidades de investimento mesmo quando a entidade de investimento mensura todas as suas controladas ao valor justo; (2) as controladas que prestam serviços relacionados às atividades de investimento da controladora não devem ser consolidadas se a controlada for também uma entidade de investimento; (3) coligadas e empreendimentos controlados em conjunto contabilizados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis intermediárias de investidora que não seja entidade de investimento poderão manter a mensuração ao valor justo em suas controladas quando qualificarem-se como entidades de investimento; e (4) entidades de investimento que mensuram suas investidas ao valor justo deve divulgar as informações requeridas pela norma IFRS 12.	Aplicáveis a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2016.

(*) O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e às IFRICs. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, é

esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2015	31.12.2014
Operações compromissadas (*)	-	-	40.110	67.158
Cambiais no exterior (US\$)	-	-	1.834	954
Depósitos no exterior	-	-	79.952	46.914
Depósitos em contas correntes	114	136	6.407	14.544
	-----	-----	-----	-----
	114	136	128.303	129.570
	=====	=====	=====	=====

(*) Os rendimentos das aplicações financeiras variam de 90% a 100% das taxas que remuneram os Certificados de Depósitos Bancários – CDI.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado	
	30.09.2015	31.12.2014
Depósito restrito (*)	2.035	1.360
	-----	-----
	2.035	1.360
	=====	=====

(*) Em 30 de setembro de 2015, a controlada SGUS possuía depósitos restritos em instituições financeiras no valor total US\$512 mil (US\$512 mil em 31 de dezembro de 2014) na condição de “Compensating balance arrangement”.

5. DUPLICATAS A RECEBER

	Consolidado	
	30.09.2015	31.12.2014
Cientes no mercado interno	368.179	405.139
Cientes no mercado externo	187.836	103.193
Operadoras de cartão de crédito	7.060	18.221
Partes relacionadas – mercado interno	22.665	12.745
Partes relacionadas – mercado externo	1.146	7.272
	-----	-----
	586.886	546.570
Provisão para devedores duvidosos	(25.759)	(24.081)
	-----	-----
	561.127	522.489
	=====	=====

As vendas a prazo realizadas pelas lojas MMartan e Artex são efetuadas diretamente ao consumidor e parceladas em até 10 pagamentos por meio de instrumentos de crédito cedidos pelas operadoras de cartões de crédito. Sobre esses valores são efetuados ajustes a valor presente considerando as taxas de juros de mercado, uma vez que os preços à vista não diferem dos preços parcelados. Em 30 de setembro de 2015, os valores a receber parcelados sob essa modalidade de venda eram de R\$9.692 (R\$20.856 em 31 de dezembro de 2014), com um prazo médio de 90 dias, totalizando um ajuste no valor de R\$2.632 (R\$2.635 em 31 de dezembro de 2014) utilizando-se 100% do CDI como taxa de juros.

As duplicatas a receber de clientes são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de recebimento é de aproximadamente 81 dias (78 dias em 31 de dezembro de 2014). Os valores vencidos não são significativos e o saldo da provisão para devedores duvidosos é considerado pela Administração suficiente para cobrir as perdas esperadas com esses títulos.

A Administração da Companhia considera que o risco relativo às duplicatas a receber de clientes é minimizado pelo fato da composição da carteira de clientes da companhia ser diluída. A Companhia possui mais de 10.000 clientes ativos em 30 de setembro de 2015 e apenas um cliente concentra vendas de aproximadamente 10% das vendas líquidas.

A composição das contas a receber consolidada por idade de vencimento foi apresentada nas demonstrações financeiras anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Não houve mudança significativa na composição das contas a receber por idade de vencimento durante o trimestre findo em 30 de setembro de 2015.

A movimentação da provisão para devedores duvidosos consolidada é como segue:

	<u>30.09.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Saldo no início do período	(24.081)	(18.375)
Adições	(523)	(6.133)
Baixas	-	543
Variação cambial	(1.155)	(116)
	-----	-----
Saldo no final do período	(25.759)	(24.081)
	=====	=====

6. ESTOQUES

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30.09.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Matéria-prima e secundários	204.906	175.357
Produtos em elaboração	155.814	125.709
Produtos acabados	310.885	235.499
Peças de reposição	53.163	53.001
	-----	-----
	724.768	589.566
	=====	=====

Os estoques estão demonstrados líquidos dos saldos das provisões para perdas que, na avaliação da Administração, são consideradas suficientes para cobrir perdas na realização com estoques descontinuados e/ou obsoletos.

A movimentação da provisão é como segue:

	<u>31.12.2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Variação cambial</u>	<u>30.09.2015</u>
Matéria-prima e secundários	(1.313)	-	-	-	(1.313)
Produtos acabados	(1.101)	(1.443)	229	(752)	(3.067)
Peças de reposição	(1.099)	-	-	(10)	(1.109)
	-----	-----	-----	-----	-----
	(3.513)	(1.443)	229	(762)	(5.489)
	=====	=====	=====	=====	=====

7. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

a) Investimentos diretos:

Controladas	Patrimônio Líquido	Partici- pação - %	Resultado do período	Total do investimento		Resultado de equivalência patrimonial (Controladora)	
				30.09.2015	31.12.2014	30.09.2015	30.09.2014
SGUS (1)	(75.097)	100,00	17.611	-	-	17.611	(3.853)
CSA	1.081.628	100,00	31.899	1.081.628	1.019.258	31.899	9.008
AMMO(2)	107.141	70,67	(34.651)	75.717	100.204	(24.488)	(30.919)
				-----	-----	-----	-----
				1.157.345	1.119.462	25.022	(25.764)
				=====	=====	=====	=====

(1) O patrimônio líquido da controlada SGUS, em 30 de setembro de 2015, apresentava saldo de R\$75.097 credor (R\$60.879 em 31 de dezembro de 2014) e está apresentado como “Obrigações de controladas” no passivo não circulante.

(2) Em 31 de agosto de 2014, a CSA efetuou aporte de capital no valor de R\$47.153, utilizando-se de parte dos créditos em aberto com a AMMO Varejo Ltda. (“AMMO”) naquela data, passando a deter 29,33% de seu capital social.

A AMMO é controlada pela Companhia, a qual possui, em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, direta e indiretamente 100% de seu capital social.

b) Investimentos indiretos:

Investimentos da SGUS

	Patrimônio Líquido	Participa- ção-%	Total do investimento		Resultado de equivalência patrimonial	
			30.09.2015	31.12.2014	30.09.2015	30.09.2014
Warbird Corporation (Delaware, EUA)	11	100,0	11	44	(55)	(29)
Springs Home Textiles Reynosa, S.A. de C.V. (México) (1)	2.221	100,0	2.221	1.435	75	133
Casa Springs S.A. de C.V. (México) (1)	1.843	100,0	1.843	1.395	(20)	(124)
Charles D. Owen Mfg. Co. (Delaware, EUA)	(1.025)	100,0	(1.025)	(693)	12	(1.813)
Springmaid International, Inc. (Índia)	211	100,0	211	142	-	-
Springs International Services Inc. (Carolina do Sul, EUA)	(1.128)	100,0	(1.128)	(754)	-	-
Sabre US, Inc. (Delaware, EUA)	36.164	100,0	36.164	25.281	(1.619)	(854)
Espacio LLC (Delaware, EUA)	(910)	100,0	(910)	(608)	-	-
Springs Canada Holdings, LLC (Delaware, EUA)	39.729	87,5	34.763	23.242	-	-
Springs Canada, Inc. (Ontário, Canadá) (2)	46.715	87,5	40.876	30.483	95	(4.269)
Springs Brands, LLC (Delaware, EUA) (2)	(1.295)	87,5	(1.133)	(2.474)	2.566	2.601
Springs Cayman Holding Ltd. (Ilhas Caiman) (2)	4.429	87,5	3.875	2.599	(12)	-
Springs Shanghai Trading Co., Ltd. (China) (3)	(1.432)	87,5	(1.253)	(59)	(1.085)	(822)

(1) Companhias subsidiárias integrais de Warbird Corporation (Delaware, EUA).

(2) Companhias subsidiárias integrais de Springs Canada Holdings, LLC (Delaware, EUA).

(3) Companhia subsidiária integral de Springs Cayman Holding Ltd. (Ilhas Caiman).

Investimentos da CSA

	Patri- mônio líquido	Partici- pação - %	Resul- tado do período	Total dos investimentos		Resultado de equiva- lência patrimonial	
				30.09.2015	31.12.2014	30.09.2015	30.09.2014
Controlada - Coteminas Argentina S.A.	123.813	100,00	15.997	123.813 =====	77.344 =====	15.997 -----	(1.108) -----
Coligada - AMMO Varejo Ltda.	107.141	29,33	(34.651)	31.424 =====	41.588 =====	(10.163) -----	(1.228) -----
Total						5.834 =====	(2.336) =====

8. IMOBILIZADO E DISPONÍVEL PARA VENDA

a. Imobilizado

	Taxa (*) %	Consolidado			
		30.09.2015			31.12.2014
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e benfeitorias	10,5	63.167	(22.573)	40.594	46.833
Edifícios	2,3	431.737	(179.650)	252.087	257.453
Instalações	5,2	232.298	(144.538)	87.760	94.489
Máquinas e equipamentos	6,1	1.145.297	(827.674)	317.623	333.111
UHE - Porto Estrela (**)	3,8	37.537	(13.363)	24.174	25.247
Móveis e utensílios	9,8	49.508	(32.553)	16.955	18.142
Veículos	19,3	17.725	(15.341)	2.384	2.516
Computadores e periféricos	16,5	63.492	(59.553)	3.939	4.292
Obras em andamento	-	56.913	-	56.913	55.630
Outros	10,0	171.330	(162.443)	8.887	9.547
		2.269.004 =====	(1.457.688) =====	811.316 =====	847.260 =====

(*) Taxa média ponderada anual de depreciação.

(**) Vide nota explicativa nº 20 às demonstrações contábeis intermediárias.

Tendo em vista sua rentabilidade operacional e geração de caixa, a Companhia e suas controladas não encontraram indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos como imobilizado.

A movimentação dos saldos de ativos imobilizados consolidados é conforme segue:

Custo:

	31.12.2014	Adições	Baixas	Transferências para o disponível para venda	Transferências	Variação cambial	30.09.2015
Terrenos e benfeitorias	69.228	2.775	(11.162)	-	-	2.326	63.167
Edifícios	420.969	5	(11.442)	-	8.555	13.650	431.737
Instalações	233.539	2.575	(8.403)	-	1.855	2.732	232.298
Máquinas e equipamentos	1.094.065	7.374	(7.291)	2.188	6.345	42.616	1.145.297
UHE - Porto Estrela	37.534	3	-	-	-	-	37.537
Móveis e utensílios	45.742	1.116	(1.713)	(1)	344	4.020	49.508
Veículos	15.456	466	(464)	69	55	2.143	17.725
Computadores e periféricos	49.286	980	(765)	(1.222)	68	15.145	63.492
Obras em andamento	55.630	20.267	(2.402)	-	(17.236)	654	56.913
Outros	119.022	5	(6)	(67)	14	52.362	171.330
	2.140.471	35.566	(43.648)	967	-	135.648	2.269.004
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Depreciação acumulada:

	31.12.2014	Adições	Baixas	Transferências para o disponível para venda	Transferências	Variação cambial	30.09.2015
Terrenos e benfeitorias	(22.395)	(5.840)	5.757	-	-	(95)	(22.573)
Edifícios	(163.516)	(7.569)	3.221	-	-	(11.786)	(179.650)
Instalações	(139.050)	(7.160)	2.935	-	(365)	(898)	(144.538)
Máquinas e equipamentos	(760.954)	(31.534)	3.571	(2.157)	-	(36.600)	(827.674)
UHE - Porto Estrela	(12.287)	(1.076)	-	-	-	-	(13.363)
Móveis e utensílios	(27.600)	(2.181)	804	1	-	(3.577)	(32.553)
Veículos	(12.940)	(757)	464	(68)	-	(2.040)	(15.341)
Computadores e periféricos	(44.994)	(1.544)	732	1.224	-	(14.971)	(59.553)
Outros	(109.475)	(1.108)	6	67	365	(52.298)	(162.443)
	(1.293.211)	(58.769)	17.490	(933)	-	(122.265)	(1.457.688)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

b. Imobilizado disponível para venda

As subsidiárias da Companhia identificaram ativos que foram retirados das operações e segregados para venda. Esses ativos são formados basicamente pela atualização, no curso normal de suas operações, do parque industrial da subsidiária brasileira e por máquinas e equipamentos das unidades fabris da subsidiária americana que tiveram suas operações encerradas. Adicionalmente, os equipamentos disponibilizados para venda decorrentes da readequação das capacidades produtivas também foram incluídos nesta rubrica. Esses ativos foram avaliados pelo menor valor entre seu registro contábil e seu valor de mercado, resultando no reconhecimento de perdas prováveis em sua realização (redução ao valor recuperável).

Como resultado dessa análise, o valor recuperável de R\$58.592 (R\$40.527 em 31 de dezembro de 2014) foi apresentado como “Imobilizado disponível para venda” no ativo não circulante e, consequentemente, eliminado da tabela acima pelo seu valor contábil.

A movimentação do imobilizado disponível para a venda foi como segue:

	31.12.2014	Adições	Baixas	Transf. disponível para venda	Variação cambial	30.09.2015
Custo	361.459	313	(14.408)	(2.188)	164.672	509.848
Depreciação	(283.066)	(743)	11.264	2.157	(130.266)	(400.654)
Provisão para perda	(37.866)	(53)	2.617	-	(15.300)	(50.602)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	40.527	(483)	(527)	(31)	19.106	58.592
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

9. INTANGÍVEL

	Consolidado	
	30.09.2015	31.12.2014
Ágio na aquisição de empresas norte americanas	45.013	30.616
Ágio na aquisição da AMMO (controladora)	27.303	27.303
Marcas	16.307	16.307
Pontos comerciais (luvas)	41.471	45.348
	-----	-----
Total	130.094	119.574
	=====	=====

Anualmente a Companhia avalia a recuperabilidade dos ágios decorrentes de investimentos em outras empresas, realizados pela Companhia ou por suas controladas, utilizando para tanto práticas consideradas de mercado, como o fluxo de caixa descontado de suas unidades que possuem ágio alocado. A recuperabilidade dos ágios é avaliada com base na análise e identificação de fatos ou circunstâncias que possam acarretar a necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Caso algum fato ou circunstância indique o comprometimento da recuperabilidade dos ágios, o teste é antecipado.

O período de projeção dos fluxos de caixa para dezembro de 2014 foi de três anos. As premissas utilizadas para determinar o valor justo pelo método do fluxo de caixa descontado incluem: projeções de fluxo de caixa com base nas estimativas da administração para fluxos de caixa futuros, taxas de desconto e taxas de crescimento para determinação da perpetuidade. Adicionalmente, a perpetuidade foi calculada considerando a estabilização das margens operacionais, níveis de capital de giro e investimentos.

A taxa de desconto utilizada foi de 13,6% a.a. e a taxa de crescimento da perpetuidade considerada foi de 3% a.a., tanto para o ágio da controlada SGUS, na aquisição de empresas norte-americanas, quanto para o ágio da Companhia referente à aquisição da SRPSA. As taxas de desconto utilizadas foram elaboradas levando em consideração informações de mercado disponíveis na data do teste.

A movimentação dos saldos consolidados dos ativos intangíveis no período foi como segue:

	31.12.2014	Baixas no Período	Variação cambial	30.09.2015
Ágio na aquisição de empresas norte americanas	30.616	-	14.397	45.013
Ágio na aquisição da AMMO	27.303	-	-	27.303
Marcas	16.307	-	-	16.307
Pontos comerciais (luvas)	45.348	(3.877)	-	41.471
	-----	-----	-----	-----
Total	119.574	(3.877)	14.397	130.094
	=====	=====	=====	=====

Os ativos intangíveis descritos acima possuem vida útil indefinida, portanto não são amortizados, mas testados anualmente quanto ao seu valor recuperável. As marcas estão registradas ao custo de aquisição. Os valores referentes aos pontos comerciais estão registrados pelo custo de aquisição do respectivo ponto de venda.

10. ARRENDAMENTO MERCANTIL

A controlada SGUS aluga imóveis e equipamentos sob a condição de “leasing” operacional. O total da despesa com o arrendamento mercantil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 foi de R\$29.190 (R\$23.826 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014). A controlada SGUS concedeu a terceiros o subarrendamento mercantil (“sub-leasing”) de algumas localidades onde não havia mais o benefício econômico sobre o arrendamento pago. O total de receita com o subarrendamento mercantil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 foi de R\$9.317 (R\$5.006 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014).

Prestações previstas para os próximos anos são estimadas na tabela abaixo:

Anos	2015
2015 (*)	10.206
2016	38.581
2017	35.871
2018	35.617
2019	31.291

(*) 3 meses

A partir de 2019, as prestações continuam decrescentes até o final dos contratos que terminam em diversas datas até 2030, totalizando R\$303.990.

Para o período de 2015 a 2019, o total das prestações de subarrendamento mercantil a receber pela controlada SGUS é de R\$63.527.

A controlada SGUS possui provisão de curto e longo prazo que totalizam R\$27.594 (R\$17.108 em 31 de dezembro 2014), que consiste na estimativa do valor presente das obrigações futuras de arrendamento mercantil (cujos contratos continuaram vigentes após o fechamento de algumas unidades fabris nos EUA), líquido dos subarrendamentos já contratados e de uma receita estimada de subarrendamento das demais unidades fechadas que ainda não foram subarrendadas. Esse

potencial de subarrendamento poderia resultar numa redução de R\$228.102 nas obrigações demonstradas na tabela acima.

11. FORNECEDORES

	Consolidado	
	30.09.2015	31.12.2014
Mercado interno	87.590	82.848
Mercado externo	148.756	84.247
	-----	-----
	236.346	167.095
	=====	=====

As contas a pagar a fornecedores são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de pagamento é de aproximadamente 40 dias (27 dias em 31 de dezembro de 2014). Em fornecedores no mercado interno estão incluídos saldos de compras financiadas de matéria-prima (algodão) no valor de R\$59.903 (R\$54.011 em 31 de dezembro de 2014).

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Moeda	Taxa anual de juros - %	Vencimento	Consolidado	
				30.09.2015	31.12.2014
Moeda nacional:					
Banco do Brasil S.A. (Revitaliza)	R\$	4,5 a 9,0	2016	6.912	13.136
BNDES (Revitaliza)	R\$	4,5 a 9,0	2016	6.912	13.136
BNDES (Finame)	R\$	3,0 a 9,5	2023	4.993	5.210
Banco Bradesco S.A. (Conta garantida)	R\$	130,0 do CDI	2015	14.439	13.023
Banco do Brasil S.A. (Conta garantida)	R\$	118,5 e 120,0 do CDI	2015	37.141	30.401
Banco do Brasil S.A. (Giroflex)	R\$	116,6 do CDI	2015	-	27.320
Banco do Brasil S.A. (Nota de Crédito)	R\$	111,5 do CDI	2016	25.044	-
Banco do Brasil S.A. (NCI)	R\$	113,6 do CDI	2016	48.279	279.686
Banco Itaú BBA S.A. (a)	R\$	117,8 e 121,0 do CDI	2016	101.246	104.684
Banco Santander S.A.	R\$	120,0 e 123,5 do CDI	2017	57.653	37.648
Banco Votorantim S.A.	R\$	TJLP+3,3	2015	-	17.407
Banco do Brasil S.A. (NCE)	R\$	109,0 e 110,7 do CDI	2019	245.146	-
Outros	R\$	-	2023	67	83
				-----	-----
				547.832	541.734
Moeda estrangeira:					
Deutsche Bank (Securitização)	US\$ e CAD\$	Libor+2,25	2016	74.876	50.104
Banco Patagonia	\$ARG	15,3	2016	2.280	3.368
				-----	-----
				77.156	53.472
				-----	-----
Total				624.988	595.206
Circulante				(439.587)	(403.748)
				-----	-----
Não circulante				185.401	191.458
				=====	=====

(a) Empréstimo contratado originalmente em dólares mais 2,466% a.a. com swap para aproximadamente 121,0% do CDI com a mesma contraparte.

Os empréstimos são garantidos por: (i) imóveis, máquinas e equipamentos, localizados na cidade de Montes Claros, gravados em 1º grau, além de fiança da CTNM para os financiamentos denominados “Revitaliza”; e (ii) por avais e garantias bancárias para os demais financiamentos.

Os vencimentos dos empréstimos são como segue:

	2015	2016		2017	2018 a 2023	Total
		Curto prazo	Longo prazo			
Moeda nacional:						
Banco do Brasil S.A. (Revitaliza)	2.090	4.822	-	-	-	6.912
BNDES (Revitaliza)	2.090	4.822	-	-	-	6.912
BNDES (Finame)	281	856	303	1.211	2.342	4.993
Banco Bradesco S.A. (Conta garantida)	14.439	-	-	-	-	14.439
Banco do Brasil S.A. (Conta garantida)	37.141	-	-	-	-	37.141
Banco do Brasil S.A. (Nota de Crédito)	-	25.044	-	-	-	25.044
Banco do Brasil S.A. (NCI)	-	48.279	-	-	-	48.279
Banco Itaú BBA S.A.	1.580	99.666	-	-	-	101.246
Banco Santander S.A.	13.016	29.657	7.492	7.488	-	57.653
Banco do Brasil S.A. (NCE)	826	80.032	-	54.651	109.637	245.146
Outros	36	3	6	7	15	67
	71.499	293.181	7.801	63.357	111.994	547.832
Moeda estrangeira:						
Deutsche Bank (Securitização)	-	74.876	-	-	-	74.876
Banco Patagonia	31	-	2.249	-	-	2.280
	31	74.876	2.249	-	-	77.156
	71.530	368.057	10.050	63.357	111.994	624.988
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

13. DEBÊNTURE

Por meio de contrato de negociação privada de debênture, em 30 de maio de 2014 a controlada CSA emitiu uma debênture não conversível em ações, com as características abaixo, a qual, em 7 de julho de 2014, foi integralmente subscrita pelo Banco Votorantim. Posteriormente, o banco alienou a Debênture à Gaia Agro Securitizadora S.A. (“Gaia”), a qual passou a fazer jus ao recebimento do valor total da dívida da controlada CSA representada pela Debênture, acrescido da remuneração da Debênture e dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão, que são as seguintes:

Características da Debênture

Quantidade de debênture emitida	1
Valor unitário da debênture (valor em reais)	R\$270.000.000
Amortização	2 parcelas iguais
Vencimento 1ª parcela	13/06/2016
Vencimento 2ª parcela	13/06/2017
Remuneração	110% do CDI
Amortização dos juros	Semestrais
Garantias	(1)
Cláusulas de vencimento antecipado (covenant)	(2)

A Debênture foi objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sendo subscrita pelo Banco Votorantim.

Em 11 de junho de 2014, foi firmado com a Gaia Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agro Negócio da 1ª Série da 3ª Emissão de Certificados Recebíveis do Agronegócio ("CRA"), vinculando a Debenture à emissão dos CRA.

Em 3 e 7 de julho de 2014, foram publicados anúncios de início e encerramento, respectivamente, de distribuição dos CRA, sendo emitidos e subscritos todos os 864 CRA de valor unitário de R\$312,5, perfazendo o total da oferta no valor de R\$270.000, com remuneração e garantias idênticas às da Debenture que lhe dá lastro.

Os recursos ingressaram na companhia na data da subscrição dos CRA. As despesas de emissão da Debênture e de emissão dos CRA, no valor de aproximadamente R\$7.700, equivalentes a 2,85% do valor total de emissão, serão amortizados como custo da operação, juntamente com os encargos da Debênture, na proporção de seu saldo devedor.

Os saldos, em 30 de setembro de 2015, eram assim compostos.

	Valor original	Encargos antecipados	Juros provisionados	Saldos em 30.09.2015	Saldos em 31.12.2014
Circulante	135.000	(2.550)	12.242	144.692	1.685
Não circulante	135.000	(1.795)	-	133.205	263.748
	-----	-----	-----	-----	-----
Total	270.000	(4.345)	12.242	277.897	265.433
	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Garantias:

Garantia Real: Imóveis da controlada CSA cujo valor de avaliação é superior a 120% do valor de emissão dos CRA. A qualquer momento, poderão ser alienados um ou mais imóveis a critério da controlada CSA e sem anuência dos titulares dos CRA, desde que: (i) tal alienação não diminua a razão de 120% de garantia das obrigações garantidas junto aos titulares dos CRA; e (ii) a controlada CSA use o valor líquido dos imóveis alienados para amortização de financiamentos bancários.

Garantia Fidejussória: Fiança prestada pela Companhia.

(2) Cláusulas de vencimento antecipado (covenants):

Além de cláusulas usuais de vencimento antecipado, a controlada CSA comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros: (i) razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado, igual ou inferior a 4,25 (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos) durante o ano de 2014; (ii) razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado, igual ou inferior a 4,10 (quatro inteiros e dez centésimos) durante o ano de 2015; (iii) razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado, igual ou inferior a 4,00 (quatro inteiros) durante o ano de 2016; (iv) razão entre Dívida Líquida e Patrimônio Líquido, igual ou inferior a 0,7 (sete décimos); e (v) razão entre EBITDA Ajustado e Juros, igual ou superior a 2 (dois inteiros). Os índices previstos nos itens (iv) e (v) estão previstos para todo o período do contrato. Os termos utilizados para descrever os índices tem sua definição determinada em contrato e podem diferir das rubricas contábeis. Em 30 de setembro de 2015, todos os índices acima foram atendidos pela controlada CSA.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital realizado

O capital social subscrito e realizado está representado por 200.000.000 de ações ordinárias com direito a voto.

Não houve movimentação do número de ações subscritas e realizadas para o período entre 1º de janeiro de 2014 e 30 de setembro de 2015.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de outubro de 2015, foi aprovado o grupamento das ações de emissão da Companhia, nos termos do artigo 12 da lei nº 6.404/76, no total de 200.000.000 de ações ordinárias nominativas, escriturais, e sem valor nominal, representativas do capital social, na proporção de 4 ações para uma ação, sem modificação do valor do capital social, de forma que o capital social, a partir daquela data, passou a ser representado por 50.000.000 de ações ordinárias nominativas, escriturais, e sem valor nominal.

b. Dividendos e reserva de lucros a realizar

Aos acionistas é assegurado um dividendo correspondente a 1/3 do lucro líquido do período, ajustado conforme o Estatuto e a Lei das Sociedades por Ações.

c. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

15. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	A receber		A pagar	
	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2015	31.12.2014
Controladora:				
Coteminas S.A.	-	-	13.981	16.714
Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas	-	-	8	-
AMMO Varejo Ltda.	23	-	-	-
	-----	-----	-----	-----
	23	-	13.989	16.714
	=====	=====	=====	=====
Consolidado:				
Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas	23.284	7.451	8	-
Coteminas International Ltd.	-	-	-	7.969
Companhia Tecidos Santanense	19	11	-	-
Encorpar – Empresa Nacional de Comércio, Redito e Participações S.A.	81	73	-	-
Fazenda do Cantagalo Ltda.	11	-	-	-
Sucursal Argentina	60	-	-	-
	-----	-----	-----	-----
	23.455	7.535	8	7.969
	=====	=====	=====	=====

	Encargos financeiros	
	30.09.2015	30.09.2014
Controladora:		
Coteminas S.A.	(1.578)	(319)
Springs Global US., Inc.	-	2.035
Ammo Varejo Ltda.	30	-
	-----	-----
	(1.548)	1.716
	=====	=====
Consolidado:		
Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas	3.195	1.413
Companhia Tecidos Santanense	1	(35)
Encorpar – Empresa Nacional de Comércio, Redito e Participações S.A.	8	2
Coteminas International Ltd.	(4)	(91)
	-----	-----
	3.200	1.289
	=====	=====

Os saldos mantidos com partes relacionadas possuem vencimento de longo prazo, e os encargos são calculados de acordo com as taxas equivalentes às praticadas pelo mercado financeiro, ou seja, de 115% à 120% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI e LIBOR mais 3% a.a. para empresas sediadas no exterior (de 115% à 120% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI e LIBOR mais 3% a.a. para empresas sediadas no exterior em 2014).

Os saldos mantidos com a controlada direta SGUS representam contrato de empréstimo com limite de US\$30 milhões, denominado “Revolving loan agreement”, que prevê vencimentos semestrais renováveis até janeiro de 2016. Os encargos são variação cambial mais juros calculados com base na LIBOR de 1 mês mais 3% a.a. Em 31 de agosto de 2014, esses empréstimos foram transferidos para a controlada CSA.

Conforme previsto no acordo de acionistas da Companhia, a controlada SGUS deve pagar, a cada ano, a título de prestação de serviços, livre de despesas, o valor de US\$1.429 mil ao acionista Heartland Industrial Partners, L.P. A controlada CSA deve pagar o valor equivalente a US\$3.500 mil ao acionista controlador CTNM. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, foram provisionados a esse título R\$11.501 (R\$8.479 no mesmo período de 2014), sendo que o saldo em aberto no valor de R\$4.249 (R\$8.445 em 31 de dezembro de 2014) está consignado na rubrica “Outras contas a pagar” no passivo circulante.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, a CSA forneceu produtos intermediários para empresa do grupo, Companhia Tecidos Santanense, no valor de R\$22.459 (R\$37.440 no mesmo período de 2014). As transações são efetuadas a preços de mercado.

A Rossini Administradora de Bens Ltda. e a controlada AMMO firmaram contrato de locação do imóvel onde se situam o parque fabril e os escritórios da controlada AMMO. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, foram provisionados R\$2.467 (R\$2.467 no mesmo período de 2014) sob essa rubrica. As avaliações do imóvel e respectivo aluguel foram efetuadas por empresa especializada e estão à preços de mercado.

Os valores pagos a diretores e pessoas chave da Administração estão destacados nas demonstrações do resultado, sob a rubrica “Honorários da administração” e incluem os benefícios de longo prazo e pós-emprego existentes.

16. VALORES A RECEBER – VENDA DE IMOBILIZADO

Em maio de 2015, a Controlada CSA vendeu imóvel localizado na cidade de Montes Claros – MG, à prefeitura daquela cidade, pelo valor de R\$48.000 à prazo, a ser recebido em 12 parcelas de R\$1.000 cada, mais 24 parcelas de R\$1.500 cada, corrigidas pelo IGPM desde a assinatura do contrato e com carência de 12 meses para o início dos pagamentos. A Controlada CSA possui garantia sobre as parcelas a receber, por vínculo das receitas e quotas do Fundo de Participação do Município – FPM.

17. IMPOSTO DE RENDA E OUTROS IMPOSTOS

a. Incentivos fiscais

Todas as unidades fabris da controlada CSA sediadas no Brasil, exceto as unidades de Blumenau-SC e Acreúna-GO, estão localizadas na região da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, beneficiando-se de incentivos fiscais federais e estaduais.

Os incentivos fiscais federais e estaduais da Companhia e de suas unidades fabris estão programados para expirar em diferentes datas, dependendo da instalação industrial em questão. Os incentivos federais têm validade até 31 de dezembro de 2016 e os incentivos estaduais têm validade até 31 de dezembro de 2021.

Os incentivos federais são calculados a partir do imposto de renda devido sobre o resultado obtido nas operações comerciais e industriais, contabilizados como redução da provisão de imposto de renda, em contrapartida ao resultado do período.

b. Conciliação dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social)

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2015	30.09.2014	30.09.2015	30.09.2014
Resultado antes dos impostos	20.848	(30.197)	20.252	(32.077)
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	(25.022)	25.764	-	-
Receitas não tributadas – RTT	-	-	(25.208)	(26.222)
Diferenças permanentes de controlada no exterior	-	-	(1.797)	(1.366)
Outros	-	-	494	710
	-----	-----	-----	-----
Base de cálculo dos impostos sobre o lucro	(4.174)	(4.433)	(6.259)	(58.955)
Alíquota de 34%	1.419	1.507	2.128	20.045
Créditos fiscais não constituídos	-	(1.507)	(1.382)	(18.740)
Créditos de controladas no exterior	-	-	1.655	-
Outras	-	967	(200)	1.172
	-----	-----	-----	-----
Total dos impostos sobre o lucro	1.419	967	2.201	2.477
	=====	=====	=====	=====
Impostos sobre o lucro – corrente	-	967	(874)	2.477
Impostos sobre o lucro – diferido	1.419	-	3.075	-
	=====	=====	=====	=====

A Companhia, na condição de controladora, tem como resultado basicamente equivalência patrimonial e resultado de aplicações financeiras. Os lucros de controladas no exterior são tributados como adição ao lucro tributável e recebem créditos dos impostos pagos no país de origem até o limite de 25% de sua base de cálculo. Quando esses resultados são prejuízos, eles não se constituem em créditos tributários no Brasil, porém são compensados com os resultados futuros da controlada no exterior que o gerou. Portanto, na condição de controladora, são bem específicas as situações onde a Companhia poder vir a constituir créditos tributários.

A Administração da controlada CSA, em exercícios anteriores, com base em plano de negócios e projeções futuras, reconheceu parcialmente ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados. Em 30 de setembro de 2015, a CSA possuía R\$527.268 em prejuízos fiscais (R\$507.750 em 31 de dezembro de 2014) e R\$532.867 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$513.281 em 31 de dezembro de 2014), cujos ativos fiscais não foram reconhecidos. Os ativos fiscais reconhecidos por aquela controlada são líquidos dos benefícios fiscais a ela concedidos. Suas projeções futuras consideram o maior foco para atendimento ao mercado nacional, cujas vendas possuem maior rentabilidade, incremento nas margens em decorrência da venda de produtos de maior valor agregado, entre outras. Com base nestas ações e nas premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração da CSA possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos daquela controlada.

c. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, registrados nas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, são provenientes de provisões temporariamente não

dedutíveis, crédito fiscal incorporado e prejuízos fiscais das controladas. O imposto de renda e contribuição social diferidos são compostos como segue:

	Saldos em 31.12.2014	Reconhe- cidos no resultado	Outros	Saldos em 30.09.2015
Ativo:				
Provisões dedutíveis somente quando realizadas:				
Provisões diversas	19.466	3.313	519	23.298
Prejuízo fiscal, líquido	30.720	(1.387)	-	29.333
Créditos fiscais de controlada no exterior	12.326	1.149	1.655	15.130
	-----	-----	-----	-----
Ativo não circulante	62.512	3.075	2.174	67.761
	=====	=====	=====	=====

A Administração, com base em orçamento e plano de negócios, estima que os créditos fiscais sejam realizados durante os próximos períodos, conforme demonstrado a seguir:

Ano	Consolidado 30.09.2015
2016	5.427
2017	6.506
2018	9.736
2019	13.373
2020 em diante	32.719

	67.761
	=====

d. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2015	31.12.2014
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	-	-	4.648	4.428
Imposto de renda e contribuição social antecipados	1.189	8.076	21.280	26.773
PIS e COFINS a recuperar	-	-	871	7.434
IVA – Argentina	-	-	-	6.597
VAT – China e México	-	-	1.664	1.329
IPI a recuperar	-	-	25	22
Reintegra (Argentina)	-	-	4.788	3.949
Outros impostos a recuperar	-	-	1.081	1.418
	-----	-----	-----	-----
	1.189	8.076	34.357	51.950
Circulante	(1.189)	(8.076)	(29.777)	(47.355)
	-----	-----	-----	-----
Não circulante	-	-	4.580	4.595
	=====	=====	=====	=====

18. PROVISÕES DIVERSAS

A Companhia e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos e reclamações trabalhistas. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis.

A Companhia e suas controladas possuem processos tributários e cíveis, cuja perda foi estimada como possível, no valor de R\$16.261 e R\$363, respectivamente. Os processos judiciais cuja perda foi estimada como provável são assim resumidos:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2015	31.12.2014
Processos fiscais:				
- CPMF	4.317	4.317	4.317	4.317
- INSS	-	-	1.998	1.998
- Reintegro	-	-	762	561
- Outros	-	-	63	13
Trabalhistas	-	-	13.506	11.337
Cíveis e outras	-	-	4.003	3.736
Total	4.317	4.317	24.649	21.962
	=====	=====	=====	=====
Depósitos judiciais	4.221	4.221	20.464	17.495
	=====	=====	=====	=====

CPMF – A Companhia é pólo ativo em ação de mandado de segurança para afastar a incidência da CPMF sobre as operações de câmbio simbólico realizadas na operação de conferência internacional de ações por investidor estrangeiro.

INSS – A controlada CSA é pólo ativo em ação contra a Fazenda Nacional questionando a incidência da contribuição sobre verbas consideradas indenizatórias.

Trabalhistas – A controlada CSA é pólo passivo em ações movidas por ex-funcionários e terceiros.

Cíveis – A controlada CSA é pólo ativo em ação contra a União questionando a legalidade da cobrança da RTE – Recomposição Tarifária Extraordinária e COFURH – Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos.

As movimentações do saldo da provisão consolidada são apresentadas a seguir:

	31.12.2014	Adições	Baixas	30.09.2015
Processos fiscais:				
- CPMF	4.317	-	-	4.317
- INSS	1.998	-	-	1.998
- Reintegro	561	201	-	762
- Outros	13	50	-	63
Trabalhistas	11.337	2.874	(705)	13.506
Cíveis e outras	3.736	425	(158)	4.003
	21.962	3.550	(863)	24.649
	=====	=====	=====	=====

19. PLANOS DE APOSENTADORIA E BENEFÍCIOS

Substancialmente, os funcionários da controlada SGUS são cobertos por planos de contribuição definida. Alguns executivos da controlada SGUS são cobertos pelo plano de benefício definido. A controlada SGUS pode efetuar contribuições arbitrárias para o plano de contribuição definida e essas contribuições são consideradas através de um percentual da remuneração elegível de cada participante. Adicionalmente, no caso de participantes elegíveis contribuírem com um percentual de suas remunerações para alguns planos de contribuição definida, a controlada SGUS pode, arbitrariamente, efetuar uma contribuição na proporção dos valores contribuídos pelos participantes.

A controlada SGUS patrocina um plano de pensão de benefício definido para alguns de seus funcionários, cujos custos esperados de pensão são provisionados em regime de competência com base em estudos atuariais e as contribuições dos funcionários aposentados e da controlada SGUS são ajustadas periodicamente. As contribuições da controlada SGUS aos planos de benefício definido são efetuadas de acordo com a lei de aposentadoria dos EUA ("Employee Retirement Income Security Act") e os benefícios são geralmente baseados nos anos de serviço e níveis salariais (remuneração).

Os ativos do plano de benefício definido são investidos em fundos de renda variável e fundos de renda fixa (incluindo dívidas do governo americano). A controlada SGUS também fornece benefícios de aposentadoria a executivos elegíveis de acordo com planos executivos suplementares não qualificados de aposentadoria.

A tabela abaixo contém informações resumidas dos planos de pensão em 30 de setembro de 2015 e 2014:

	<u>30.09.2015</u>	<u>30.09.2014</u>
Componentes do custo líquido do benefício:		
Custo do serviço	796	655
Custo dos juros e outros, líquido	3.247	3.599
	-----	-----
Custo líquido do benefício	4.043	4.254
	=====	=====

A estratégia de investimento da controlada SGUS é de aplicar numa carteira diversificada com o objetivo de maximizar os retornos considerando um nível aceitável de risco. Os ativos do plano de pensão são investidos em um fundo balanceado que tem uma alocação estática de 45% a 54% em investimentos de renda variável e 55% a 46% em instrumentos financeiros de renda fixa. A expectativa de retorno sobre os ativos do plano foi desenvolvida em conjunto com os consultores externos e foram levadas em consideração as expectativas de longo prazo para retornos futuros, baseados na estratégia de investimentos atuais da controlada SGUS.

Os saldos dos benefícios provisionados e remuneração diferida estão demonstrados abaixo:

	30.09.2015	31.12.2014
Provisão para plano de pensão	147.187	102.386
Provisão para plano de pensão (múltiplos empregadores) (a)	203	179
Outras provisões de benefícios a funcionários	7.063	7.270
	-----	-----
Total do plano de aposentadoria e benefícios	154.453	109.835
	-----	-----
Circulante (b)	(13.062)	(8.733)
	-----	-----
Não circulante	141.391	101.102
	=====	=====

(a) Até 30 de dezembro de 2010, a controlada SGUS era uma das empresas patrocinadoras do plano "South Jersey Labor and Management Pension Fund", um plano de pensão de benefício definido de múltiplos empregadores. Em 30 de dezembro de 2010, a controlada SGUS retirou-se do plano. Essa provisão representa o valor estimado a pagar referente à saída do plano.

(b) Incluída na rubrica "Obrigações sociais e trabalhistas".

20. CONCESSÕES GOVERNAMENTAIS

A controlada CSA participa em consórcio de concessão de geração de energia elétrica com as empresas CEMIG Geração e Transmissão S.A. e Vale (denominada anteriormente Companhia Vale do Rio Doce), em partes iguais de 33,33%, para cuja administração não foi constituída empresa com característica jurídica independente. São mantidos controles nos registros contábeis da Companhia, equivalentes à sua participação.

Como retribuição pela outorga da concessão, a Companhia e as demais consorciadas pagarão à União parcelas ao longo do tempo de concessão, conforme demonstrado abaixo.

Início do prazo de concessão: 10 de julho de 1997
 Prazo de concessão: 35 anos
 Valor total da concessão: R\$333.310
 Atualização monetária: IGPM

Parcelas anuais demonstrando os valores totais da concessão:

	5º ao 15º ano 2002 a 2012	16º ao 25º ano 2013 a 2022	26º ao 35º ano 2023 a 2032
	-----	-----	-----
Valores históricos:			
Parcela mínima	120	120	120
Parcela adicional	-	12.510	20.449
	-----	-----	-----
Parcela anual	120	12.630	20.569
	-----	-----	-----
Parcelas totais	1.320	126.300	205.690
Parcelas atualizadas	5.506	526.802	857.931
	=====	=====	=====

Para fins contábeis, a CSA reconhece as despesas incorridas pelo regime de competência, em contrapartida ao passivo não circulante, de forma linear, tendo como base sua participação no valor total da outorga; 33,33%, a valor presente, considerando a taxa básica de juros, atualizada pelo IGPM. Em 30 de setembro de 2015, esse valor representava R\$65.124, sendo R\$17.240 classificados no passivo circulante e R\$47.884 classificados no passivo não circulante (R\$64.431, sendo R\$16.556 classificados no passivo circulante e R\$47.875 classificados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2014).

Os valores consignados no ativo imobilizado, objeto da presente concessão, em 30 de setembro de 2015, somam R\$ 24.174 (R\$25.247 em 31 de dezembro de 2014) (vide nota explicativa nº 8 às demonstrações contábeis intermediárias) e consideram a participação da Companhia nos investimentos realizados para a construção da Usina Hidroelétrica de Porto Estrela, localizada no Rio Santo Antonio, a 270 km de Belo Horizonte, com potência instalada de 112MW. A referida Usina iniciou sua geração no final de 2001.

21. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS, LÍQUIDAS

	Consolidado	
	30.09.2015	30.09.2014
Resultado na baixa de ativos, líquido de provisões para perdas (*)	21.746	-
Despesas de leasing não operacional	(9.006)	-
Outras, líquidas	(8.028)	(8.721)
	-----	-----
	4.712	(8.721)
	=====	=====

(*) Vide nota explicativa nº 16 às demonstrações contábeis intermediárias.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais--A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, derivativos e não derivativos, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e descritas no quadro abaixo.

Os principais fatores de risco que a Companhia e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica, mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são inerentes a sua atividade e são endereçados pela administração da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

b) Valor justo--O valor justo dos instrumentos financeiros anteriormente citados, está demonstrado a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	30.09.2015		31.12.2014		30.09.2015		31.12.2014	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
ATIVOS --								
CIRCULANTE:								
Caixa e equivalentes de caixa	114	114	136	136	128.303	128.303	129.570	129.570
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	2.035	2.035	1.360	1.360
Instrumentos financeiros	-	-	-	-	1.681	1.681	-	-
Duplicatas a receber	-	-	-	-	561.127	561.127	522.489	522.489
Valores a receber – venda de imobilizado	-	-	-	-	5.014	5.014	-	-
Outros créditos a receber	985	985	992	992	19.633	19.633	23.248	23.248
NÃO CIRCULANTE:								
Realizável a longo prazo:								
Partes relacionadas	23	23	-	-	23.455	23.455	7.535	7.535
Valores a receber – venda de imobilizado	-	-	-	-	42.101	42.101	-	-
PASSIVOS --								
CIRCULANTE:								
Empréstimos e financiamentos (*)	-	-	-	-	439.587	439.587	403.748	403.748
Debênture (*)	-	-	-	-	144.692	144.692	1.685	1.685
Instrumentos financeiros	-	-	-	-	3.152	3.152	-	-
Fornecedores	4	4	3	3	236.346	236.346	167.095	167.095
Concessões governamentais	-	-	-	-	17.240	17.240	16.556	16.556
Arrendamentos não recuperáveis	-	-	-	-	5.568	5.568	4.286	4.286
Outras contas a pagar	-	-	-	-	56.994	56.994	59.155	59.155
NÃO CIRCULANTE:								
Empréstimos e financiamentos (*)	-	-	-	-	185.401	185.401	191.458	191.458
Debênture (*)	-	-	-	-	133.205	133.205	263.748	263.748
Arrendamentos não recuperáveis	-	-	-	-	22.026	22.026	12.822	12.822
Partes relacionadas	13.989	13.989	16.714	16.714	8	8	7.969	7.969
Concessões governamentais	-	-	-	-	47.884	47.884	47.875	47.875
Outras obrigações	2.056	2.056	2.056	2.056	19.993	19.993	19.691	19.691

(*) Os valores justos dos empréstimos e financiamentos e das debêntures aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações contábeis intermediárias em função de serem indexados por taxas flutuantes de juros (TJLP, CDI e LIBOR), as quais acompanham as taxas de mercado.

Considerando que os vencimentos dos demais instrumentos financeiros são de curto prazo, a Companhia estima que seus valores justos aproximam-se aos valores contábeis.

O valor justo dos instrumentos financeiros listados acima são determinados com base em dados não observáveis e, portanto, são classificados como nível III de informação.

c) Classificação dos instrumentos financeiros--Com exceção dos instrumentos financeiros derivativos, todos os instrumentos financeiros listados acima são classificados como “Empréstimos e recebíveis”, no caso de ativos, ou “Outros passivos financeiros”, no caso de passivos, avaliados inicialmente ao valor justo e atualizados pelo custo amortizado. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados como “Mensurados ao valor justo por meio do resultado” e a parcela referente ao hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade possa ser mensurada, tem seus ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial e apresentados na demonstração do resultado abrangente.

d) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos e não derivativos:

d.1 - Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos--A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio, preços de commodities (algodão) e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento desses riscos é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados das empresas do grupo, advindas dessas variações.

O objetivo das operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. A medição da eficiência e avaliação dos resultados ocorre ao longo dos contratos. O monitoramento do impacto destas transações é analisado trimestralmente pelo Comitê de Gerenciamento de Caixa e Dívida onde a marcação a mercado destas transações é discutida e validada. Todos os instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações contábeis intermediárias da Companhia.

d.2 - Política de uso de derivativos--Conforme política interna, o resultado financeiro da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteger eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo tem como objetivo a redução da exposição aos riscos de mercado da Companhia.

d.3 - Risco de taxa de câmbio--Esse risco decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

d.3.1) Riscos de taxa de câmbio nos investimentos no exterior:

A Companhia possui investimentos no exterior que aumentam sua exposição cambial, a saber:

<u>Total dos investimentos no exterior</u>	<u>30.09.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Investimentos	123.813	77.344
Obrigações de controladas	(75.097)	(60.879)
	-----	-----
	48.716	16.465
	=====	=====
Em milhares de Dólares equivalentes	12.262	6.199
	=====	=====

d.3.2) Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros não derivativos na Companhia e na controlada CSA:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros não derivativos sujeitos à exposição cambial da Companhia e de suas controladas brasileiras, são como segue:

Instrumentos financeiros	30.09.2015	31.12.2014
Caixa e equivalentes de caixa	1.834	954
Duplicatas a receber	47.271	40.457
Fornecedores	(1.052)	(2.216)
Partes relacionadas (SGUS)	110.530	80.654
	-----	-----
Total da exposição em Reais	158.583	119.849
	-----	=====
Total da exposição em milhares de dólares equivalentes	39.916	45.120
	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos acima, considerando os fluxos de recebimentos e pagamentos em Dólares norte americanos já contratados em 30 de setembro de 2015 é como segue:

Vencimento	Risco	Valor da exposição US\$ mil	Cenários		
			Provável	II	III
2015	Baixa do Dólar	12.095	878	(11.355)	(23.588)
2018	Baixa do Dólar	27.821	40.091	2.436	(35.219)
		-----	-----	-----	-----
		39.916	40.969	(8.919)	(58.807)
		=====	=====	=====	=====

Os valores entre parênteses (negativos) demonstrados nos cenários acima, referem-se à variação cambial passiva, portanto despesa. Os valores positivos referem-se à receita.

O cenário “Provável” representa o resultado da variação cambial provável considerando-se o fluxo de caixa dos ativos e passivos acima detalhados, aplicando-lhes as taxas futuras de Dólares e comparando com a taxa do Dólar no final do período atual. Para os cenários II e III, foi considerada uma deterioração das taxas futuras de Dólares em 25% e 50% respectivamente.

As taxas futuras de Dólares foram obtidas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

d.3.3) Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros derivativos na Companhia e em suas controladas:

As principais informações consolidadas sobre os instrumentos derivativos com risco de taxas de câmbio estão assim demonstradas:

Descrição	Valor de referência (Nocional) US\$mil		Valor justo – Ativo (Passivo)	
	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2015	31.12.2014
Contratos a termo (NDF) (1) -- Posição: Comprada Moeda: US\$ Dólar de liquidação: R\$3,0448 Contraparte: Itaú BBA Outras informações: 1 contrato de US\$1.300 mil, com vencimento em 30.10.2015	1.300	-	585	-
Contratos a termo (NDF) (1) -- Posição: Comprada Moeda: US\$ Dólar de liquidação: R\$3,0583 Contraparte: Itaú BBA Outras informações: 1 contrato de US\$1.300 mil, com vencimento em 30.11.2015	1.300	-	561	-
Contratos a termo (NDF) (1) -- Posição: Comprada Moeda: US\$ Dólar de liquidação: R\$3,0726 Contraparte: Itaú BBA Outras informações: 1 contrato de US\$1.300 mil, com vencimento em 30.12.2015	1.300	-	535	-
	-----	-----	-----	-----
	3.900	-	1.681	-
Total ativo circulante	=====	=====	=====	=====
Contratos a termo (NDF) (1) -- Posição: Comprada Moeda: US\$/Pesos Argentinos Dólar de liquidação: \$10,03 Contraparte: Banco da Patagonia Outras informações: 1 contrato de US\$15.000 mil, com vencimento em 30.12.2015	15.000	-	(979)	-
Contratos a termo (NDF) (1) -- Posição: Comprada Moeda: US\$/Pesos Argentinos Dólar de liquidação: \$11,72 Contraparte: Banco da Patagonia Outras informações: 1 contrato de US\$15.000 mil, com vencimento em 30.06.2016	15.000	-	(2.173)	-
	-----	-----	-----	-----
Total passivo circulante	30.000	-	(3.152)	-
	=====	=====	=====	=====

(1) Contratos a termo (NDF – “Non Deliverable Forward”) matérias primas--são classificados e registrados pelo seu valor justo por meio do resultado e visam proteger o risco de variação cambial nas compras de matérias primas previstas para as datas de vencimento dos contratos. Embora a Companhia utilize estes derivativos com o objetivo de proteção (“hedge”), não foi adotada a prática

contábil de contabilização de instrumentos de proteção (“hedge accounting”) para estas transações.

Os valores provisionados correspondem ao valor justo dos NDFs e foram calculados a partir dos dados obtidos na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros para as operações realizadas no Brasil e Banco Central da Argentina para as operações realizadas na Argentina, como a taxa do Dólar futuro nas datas de vencimento, taxas de juros e algoritmos próprios, e comparados com as informações obtidas diretamente das instituições financeiras contraparte que avaliam esses instrumentos financeiros.

Os derivativos são negociados em mercado de balcão, registrados nos órgãos competentes e não estão sujeitos a depósitos de margem. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, foi registrada uma perda de R\$3.152 como resultado com derivativos relacionados ao risco de câmbio na rubrica de “Variações cambiais, líquidas”. Exceto pelo swap contratado conforme mencionado na nota 12.a, e pelos contratos a termo acima, não houve outra aplicação em derivativos envolvendo taxas de câmbio em 2015 e 2014.

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos acima, considerando os fluxos de recebimentos e pagamentos em Dólares norte americanos já contratados em 30 de setembro de 2015 é como segue:

Vencimento	País	Risco	Valor da exposição US\$ mil	Cenários		
				Provável	II	III
2015	Brasil	Baixa do Dólar	3.900	1.681	(41)	(3.909)
2015	Argentina	Baixa do Dólar	15.000	(979)	(15.769)	(30.558)
2016	Argentina	Baixa do Dólar	15.000	(2.173)	(17.399)	(32.626)
			-----	-----	-----	-----
			33.900	(1.471)	(33.209)	(67.093)
			=====	=====	=====	=====

Os valores entre parênteses (negativos), demonstrados nos cenários acima, referem-se à variação cambial passiva, portanto despesa. Os valores positivos referem-se à receita.

O cenário “Provável” representa o resultado da variação cambial provável considerando-se o fluxo de caixa dos ativos e passivos acima detalhados, aplicando-lhes as taxas futuras de Dólares e comparando com a taxa do Dólar no final do período atual. Para os cenários II e III, foi considerada uma deterioração das taxas futuras de Dólares em 25% e 50% respectivamente. As taxas futuras de Dólares foram obtidas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

d.4 - Risco de preços de commodities (algodão)--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações no preço do algodão, sua principal matéria-prima. O aumento do preço do algodão, de forma significativa pode acarretar aumento no custo de seu produto em prazo e montantes que a Companhia não consiga repassar ao mercado consumidor, fazendo reduzir suas margens. Em 2015 e 2014, não houve resultado com derivativos desta natureza.

d.5 - Risco de taxa de juros--O caixa e equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários rendem aproximadamente o equivalente às taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI. Os passivos (exceto os descritos em d.5.1 e d.5.2 abaixo) sobre os quais incidem juros

equivalentes à LIBOR, TR e a IRP estão demonstrados nas notas explicativas nº 12 e 15. Considerando-se os fluxos de caixa desses passivos e as taxas contratadas, a Administração da Companhia considera não relevante o efeito da exposição às variações de mercado nas taxas de juros contratadas. Portanto, não está apresentando a análise de sensibilidade.

d.5.1) Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros derivativos:

Contratos de swap de taxa de juros – são classificados e registrados pelo seu valor justo e se baseiam no fluxo de caixa dos financiamentos denominados em moeda estrangeira. Tem seus ganhos e perdas realizados registrados no resultado, na rubrica “Despesas financeiras – juros sobre empréstimos”. Exceto pelo swap contratado conforme mencionado na nota 12.a, não houve aplicação em derivativos envolvendo taxas de juros em 2015 e 2014.

d.5.2) Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros não derivativos:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros não derivativos sujeitos à exposição de juros variáveis da Companhia e suas controladas, são como segue:

Descrição	30.09.2015			31.12.2014
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: 108,5% do CDI Contraparte: Banco do Brasil S.A. Vencimento: maio/2015	-	-	-	-
				236.157
Contrato de empréstimo -- Juros: 113,6% do CDI Contraparte: Banco do Brasil S.A. Vencimento: abril/2016	40.000	8.279	-	48.279
(referência à nota explicativa nº 12)				48.279
Contrato de empréstimo e swap -- Juros: 121,0% do CDI Contraparte: Banco Itaú BBA S.A. Vencimento: agosto/2016	66.667	1.066	-	67.733
Contrato de empréstimo e swap -- Juros: 117,8% do CDI Contraparte: Banco Itaú BBA S.A. Vencimento: fevereiro/2016	33.000	513	-	33.513
(referência à nota explicativa nº 12)				101.246
Contrato de empréstimo -- Juros: 120,0% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. Vencimento: maio/2017	30.000	1.712	(194)	31.518
Contrato de empréstimo -- Juros: 123,5% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. Vencimento: abril/2016	5.000	370	(45)	5.325

Descrição	30.09.2015			31.12.2014	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: 120,0% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. Vencimento: maio/2016	20.000	1.154	(344)	20.810	-
(referência à nota explicativa nº 12)				57.653	37.648
Contrato de empréstimo e swap -- Juros: 110,7% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: abril/2019	220.000	896	(993)	219.903	-
Contrato de empréstimo -- Juros: 109,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: junho/2016	25.000	259	(16)	25.243	-
(referência à nota explicativa nº 12)				245.146	-
Contrato de empréstimo -- Juros: 116,6% do CDI Contraparte: Banco do Brasil S.A. Vencimento: abril/2015	-	-	-	-	27.320
Contrato de empréstimo -- Juros: 111,5% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NC Vencimento: março/2016	25.000	44	-	25.044	-
Debênture-- Juros: 110,0% do CDI Contraparte: Gaia Agro Sec. S.A. Vencimento: junho/2017	270.000	12.242	(4.345)	277.897	265.433
	734.667	26.535	(5.937)	755.265	714.771
	=====	=====	=====	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos acima, considerando os fluxos de pagamentos do principal e juros em 30 de setembro de 2015, é como segue:

Vencimento	Risco	Saldo médio	Cenários		
			Provável	II	III
2015	Alta do CDI	762.504	28.420	36.830	44.236
2016	Alta do CDI	618.946	72.455	102.313	123.925
2017	Alta do CDI	276.853	29.270	42.197	51.001
2018	Alta do CDI	74.281	10.711	15.160	18.289
2019	Alta do CDI	55.669	2.923	4.025	4.855
			=====	=====	=====

Os valores demonstrados nos cenários acima, referem-se à projeção da despesa de juros em seus respectivos anos e cenários, considerando-se os saldos médios dos empréstimos em cada ano.

O cenário “Provável” representa o resultado da evolução da taxa de juros dos Certificados de Depósitos Bancários provável, considerando-se os vencimentos do principal e do juros. Para os cenários II e III, foi considerada uma majoração das taxas futuras do CDI em 25% e 50% respectivamente.

As taxas de juros futuras do CDI foram obtidas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

d.6 - Risco de crédito--A Companhia está sujeita ao risco de crédito com respeito ao caixa e equivalentes de caixa, aos títulos e valores mobiliários e aos instrumentos derivativos. Esse risco é mitigado pela política de efetuar transações financeiras somente em instituições financeiras de grande porte.

O risco de crédito em duplicatas a receber é reduzido devido à seletividade dos clientes e a política de concessão de créditos. A Companhia possui um sistema de gestão de crédito baseado na combinação das informações oriundas de diversos departamentos da empresa, principalmente as áreas comercial, financeira, contábil, jurídica e fontes externas que abastecem o departamento de crédito e cobrança visando à estipulação de limites de crédito para os seus clientes que são aprovados por órgão colegiado.

d.7 – Gestão de liquidez--A Companhia apresentou os valores dos ativos e passivos financeiros consolidados de acordo com os vencimentos de seus fluxos de caixa, com base na data mais próxima de liquidação dos mesmos, e utilizando as taxas de juros nominais contratadas em suas demonstrações financeiras anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Em 30 de setembro de 2015, não houve alteração significativa em relação ao divulgado nas demonstrações financeiras anuais.

d.8 – Gestão de capital--A Companhia administra sua estrutura de capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais e ao mesmo tempo maximizar o retorno aos seus acionistas. A estratégia da Companhia permaneceu inalterada no período coberto por estas demonstrações contábeis intermediárias. A dívida líquida da Companhia pode ser assim composta:

	Consolidado	
	30.09.2015	31.12.2014
Empréstimos e financiamentos	624.988	595.206
Debênture	277.897	265.433
Caixa e equivalentes de caixa	(128.303)	(129.570)
Títulos e valores mobiliários	(2.035)	(1.360)
Instrumentos financeiros, líquidos	1.471	-
	-----	-----
Total da dívida líquida	774.018	729.709
	-----	-----
Total do patrimônio líquido	1.110.013	1.085.771
	-----	-----
Total da dívida líquida e patrimônio líquido	1.884.031	1.815.480
	=====	=====

23. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, com o objetivo de alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. As decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas em base consolidada. A Companhia e suas controladas possuem dois segmentos operacionais distintos: “Atacado” e “Varejo”. O segmento de Atacado se subdivide em dois subsegmentos: América do Sul, que inclui as operações no Brasil e Argentina e América do Norte, que inclui as operações nos Estados Unidos da América e Canadá.

A Companhia possui diversas fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem, acabamento e confecção de produtos têxteis para o lar. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos e portanto essas operações estão sob a denominação de segmento de “Atacado”, pois seus produtos são vendidos para clientes que não são os consumidores finais.

A controlada AMMO, possui um conjunto de informações isoladas e decisões de investimentos, preços, expansão de lojas, entre outros, que são tomadas à parte e se constituem no segmento “Varejo”, pois suas vendas são realizadas aos consumidores finais dos produtos.

As informações financeiras separadas pelos segmentos de negócios acima explicados são como seguem (em milhões de reais):

	30.09.2015					
	América do Sul			América do Norte	Outros não alocáveis	
	Atacado	Varejo	Total	Atacado		Total
Vendas líquidas	853,6	190,1	1.043,7	660,4	(46,2)	1.657,9
Custo dos produtos vendidos	(601,2)	(100,3)	(701,5)	(562,9)	46,2	(1.218,2)
Lucro bruto	252,4	89,8	342,2	97,5	-	439,7
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(155,1)	(112,0)	(267,1)	(56,4)	(2,6)	(326,1)
Outros	19,3	(4,9)	14,4	(9,7)	-	4,7
Resultado operacional	116,6	(27,1)	89,5	31,4	(2,6)	118,3
Resultado financeiro	-	-	-	-	(98,0)	(98,0)
Resultado antes dos impostos	116,6	(27,1)	89,5	31,4	(100,6)	20,3
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Depreciação e amortização	47,6	8,7	56,3	3,2	-	59,5
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

30.09.2014						
	América do Sul			América do Norte	Outros não alocáveis	
	Atacado	Varejo	Total	Atacado		Total
Vendas líquidas	875,4	206,0	1.081,4	499,3	(54,9)	1.525,8
Custo dos produtos vendidos	(625,8)	(108,7)	(734,5)	(440,6)	54,9	(1.120,2)
Lucro bruto	249,6	97,3	346,9	58,7	-	405,6
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(149,4)	(118,1)	(267,5)	(48,5)	(2,8)	(318,8)
Outros	(0,3)	(2,3)	(2,6)	(7,4)	1,3	(8,7)
Resultado operacional	99,9	(23,1)	76,8	2,8	(1,5)	78,1
Resultado financeiro	-	-	-	-	(110,2)	(110,2)
Resultado antes dos impostos	99,9	(23,1)	76,8	2,8	(111,7)	(32,1)
Depreciação e amortização	50,5	9,9	60,4	4,5	-	64,9

A Companhia em suas análises sobre o desempenho de vendas, classifica seus produtos de acordo com as categorias de venda (ou linhas de produtos) como: cama, mesa e banho, utility bedding, produtos intermediários e varejo.

As informações de venda por categoria ou linha de produtos são como segue:

	Consolidado	
	30.09.2015	30.09.2014
Vendas líquidas (em milhões de Reais):		
Cama, mesa e banho	805,3	798,0
Utility bedding	506,2	347,7
Produtos intermediários	156,3	174,1
Varejo	190,1	206,0
	1.657,9	1.525,8
Volumes (toneladas mil):		
Cama, mesa e banho	26,4	31,0
Utility bedding	31,7	29,4
Produtos intermediários	19,4	22,0
	77,5	82,4

A Companhia possui mais de 10.000 clientes ativos em 30 de setembro de 2015 e apenas um cliente concentra vendas de aproximadamente 10% das vendas líquidas.

24. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado consolidado por função. A seguir apresenta as despesas por natureza e sua classificação por função.

Por natureza:

	Consolidado	
	30.09.2015	30.09.2014
Custos das matérias primas, mercadorias e serviços adquiridos de terceiros	(1.202.404)	(1.009.490)
Benefícios a empregados	(328.688)	(308.861)
INSS	(27.656)	(22.207)
Depreciação e amortização	(59.498)	(64.865)
Variação dos estoques de produtos acabados e em processo	107.456	34.125
Variação cambial nos estoques de controlada no exterior	49.959	1.319
Outros custos e despesas	(83.543)	(69.049)
Total por natureza	(1.544.374)	(1.439.028)
	=====	=====

Por função:

	Consolidado	
	30.09.2015	30.09.2014
Custo dos produtos vendidos	(1.218.226)	(1.120.194)
Vendas	(220.833)	(221.909)
Gerais e administrativas	(99.956)	(90.562)
Honorários da administração	(5.359)	(6.363)
Total por função	(1.544.374)	(1.439.028)
	=====	=====

25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Segue, abaixo, a conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração de resultado:

	Consolidado	
	30.09.2015	30.09.2014
RECEITA OPERACIONAL:		
Vendas brutas	1.991.828	1.880.418
Deduções das vendas	(333.935)	(354.602)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.657.893	1.525.816
	=====	=====

26. LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

O lucro (prejuízo) básico por ação foi calculado como segue:

	<u>30.09.2015</u>	<u>30.09.2014</u>
(LUCRO) PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	22.267	(29.230)
Número médio ponderado das ações ordinárias:	200.000.000	200.000.000
LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (R\$):	0,1113 =====	(0,1462) =====

A Companhia não possui ações com potencial efeito dilutivo. Portanto, o lucro (prejuízo) básico por ação é igual ao lucro (prejuízo) diluído por ação.

* * * * *